

Por uma educação engajada à transformação social: a experiência do núcleo de direitos humanos do centro universitário serra dos órgãos (UNIFESO)

For an education engaged with social transformation: the experience of the human rights center of the centro universitário serra dos órgãos (UNIFESO)

Tainah Simões Sales Thiago¹

Felipe Cavaliere Tavares²

Palavras-chave: educação; direitos humanos; transformação social.

Keywords: *education; human rights; social transformation.*

Nesta comunicação pretende-se discutir a importância de se fomentar uma cultura de respeito e promoção dos direitos humanos nos espaços universitários, visando à formação humanística e integral de estudantes de ensino superior das mais diversas áreas. De forma específica, pretende-se analisar a necessidade de um diálogo institucional sobre direitos humanos, que alcance não apenas discentes e docentes do Curso de Direito, mas de todas as áreas do saber afetas às respectivas instituições de ensino superior. Procura-se, também, apresentar a relevância da reativação do Núcleo de Direitos Humanos do Centro Universitário Serra dos Órgãos (UNIFESO), que objetiva trazer a conscientização sobre a temática para sua comunidade acadêmica, mediante diversas ações e projetos que envolvem ensino, pesquisa e extensão. Parte-se de uma pesquisa bibliográfica, por meio de estudo analítico em relação ao significado da chamada *pedagogia engajada* (HOOKS, 2020), por sua vez baseada no pensamento freiriano, e à sua intrínseca relação com os direitos humanos. Em seguida, mediante pesquisa qualitativa e descritiva,

¹ Doutora em Direito pelo PPGD/UFC com pesquisa na Universidade de Aix-Marseille, França (PDSE/CAPE), Professora da FGV Direito Rio e Centro Universitário Serra dos Órgãos (UNIFESO). E-mail: tainahsales@gmail.com

² Doutor em Direito pelo PPGD/UERJ. Professor e Coordenador do Núcleo de Direitos Humanos do Centro Universitário Serra dos Órgãos (UNIFESO). Professor da Universidade Augusto Motta (UNISUAM). E-mail: felipecavalieretavares@gmail.com.

apresentam-se as ações, projetos e os objetivos do Núcleo de Direitos Humanos do UNIFESO, no intuito de demonstrar a relevância da implementação de medidas institucionais concretas para a consolidação de uma cultura de respeito aos direitos humanos nos ambientes acadêmicos de modo interdisciplinar, isto é, indo além do espaço inerente ao Curso de Direito. Como explica Antunes (2009), educar não significa apenas transmitir conhecimento técnico às novas gerações, mas também proporcionar condições para que cada um compreenda em profundidade suas potencialidades e assim possa mobilizar e concretizar suas competências em prol da sociedade. Compreendendo, portanto, que o educar não é algo dado para si, mas sim permanentemente construído de maneira coletiva, demonstra-se imprescindível uma preocupação institucional com o que se chama de *pedagogia engajada*. De acordo com Bell Hooks (2020, p. 33), trata-se de uma estratégia de educação que tem por “objetivo recuperar a vontade dos estudantes de pensar”. Pensar, para ela, é ação e liberdade. “Ao compreender que a libertação é um processo contínuo, devemos buscar todas as oportunidades para descolonizar nossa mente e a mente dos nossos estudantes. Apesar de graves retrocessos, houve e continuará havendo mudanças construtivas radicais na maneira como ensinamos e aprendemos, uma vez que mentes ‘em busca da liberdade’ ensinam a transgredir e a transformar” (HOOKS, 2020, p. 59). A proposta da autora possui base na teoria de Paulo Freire (1996), que afirmava que o ser humano seria capaz de aprender e ensinar e, com isso, contribuir para a construção de um mundo que fosse de interesse das mais diversas comunidades e grupos sociais. Para tanto, o papel de educadoras, educadores e instituições no desafio de unir o conhecimento técnico à construção de um mundo mais justo e democrático é fundamental. No mesmo sentido, Bárbara Pinheiro (2023, p. 23) destaca que, considerando que a escola é um complexo que compõe a sociedade, esta não pode deixar de “assumir o compromisso emancipatório de educar os sujeitos tendo como plano teleológico uma sociedade justa e equânime”. Em outras palavras, a ação humana deve se basear em valores que têm como enfoque o bem comum da humanidade. Esta noção não pode se afastar do significado de *educar*, sobretudo quando se fala sobre o tema em um país como o Brasil, marcado por tantas injustiças e desigualdades sociais. Vive-se em um país onde há, diariamente, graves

V SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE DIREITOS HUMANOS E SOCIEDADE

violações a direitos humanos. Entre as principais razões que explicam a violação de direitos no Brasil, podem-se destacar aspectos relacionados a fatores socioeconômicos, históricos e conjunturais (a exemplo do racismo estrutural e do sistema patriarcal), a omissão das instituições e a carência do Estado para administrar legalmente a repressão e fomentar a prevenção. É possível perceber a naturalização de uma cultura de violação de direitos neste país, que se reproduz por meio das formas enraizadas de opressão de populações e segmentos estigmatizados, como negros, mulheres, idosos, indígenas, pessoas LGBTQIA+, pessoas com deficiência e pobres. São as chamadas minorias sociais, ou seja, grupos que se encontram marginalizados e não exercem seus direitos em iguais condições aos demais cidadãos, em decorrência de um processo histórico marcado por exclusões e injustiças sociais (PIOVESAN, 2005). Não necessariamente se trata de uma minoria numérica. Mulheres, por exemplo, são a maioria em termos de número, assim como os negros, no Brasil. Porém são grupos que apresentam desvantagens históricas e culturais em relação a outra parcela da população, e isto acaba fazendo com que estas pessoas se encontrem numa posição de maior vulnerabilidade e sofram mais discriminação simplesmente por serem quem são. Em tal contexto, apesar da evidente responsabilidade do Estado, que deve atuar na criação de políticas públicas e ações afirmativas de redução de desigualdades e muitas vezes é omissa nesse sentido, devemos questionar também o que nós, enquanto cidadãos (e educadores), podemos fazer a respeito disso, e qual o papel das instituições de ensino superior nesta equação. Desse modo, considerando a perspectiva da pedagogia engajada à transformação social, entende-se que instituições de ensino, educadoras e educadores devem não somente buscar romper com discursos discriminatórios e preconceituosos que reforçam e naturalizam a hierarquização entre pessoas, mas, também, levar informação adiante, promover a reflexão sobre problemas sociais, dar voz a grupos socialmente invisibilizados, contribuir com a conscientização em relação aos direitos humanos no intuito de mobilizar as ações pessoais e profissionais dos estudantes a partir da perspectiva dos interesses coletivos e do compromisso social com a transformação da realidade. Foi a partir desta compreensão que em 2023 o Centro Universitário Serra dos Órgãos reativou o Núcleo de Direitos Humanos (NDH),

V SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE DIREITOS HUMANOS E SOCIEDADE

que possui como principal objetivo promover, perante a comunidade acadêmica, a cultura dos direitos humanos mediante atividades curriculares e extracurriculares de ensino, pesquisa e extensão. As suas atividades possuem abrangência institucional, isto é, não estão relacionadas apenas à gestão do Curso de Direito. Acredita-se que o diálogo sobre direitos humanos é interdisciplinar e deve alcançar todos os cursos, a fim de se promover a conscientização e o desenvolvimento de uma cultura social que deve ultrapassar, inclusive, os muros do *campus* e chegar à comunidade. Afinal, o núcleo dos direitos humanos é a proteção da dignidade humana, e a real consciência a respeito da responsabilidade de cada um na sua concretização implicará na mudança de ações individuais nos mais diversos espaços, sejam públicos ou privados, em nome do interesse coletivo. A partir desta perspectiva, o Núcleo de Direitos Humanos do UNIFESO está em fase de implementação de ações como: a) a reestruturação do acervo da biblioteca do centro universitário, incluindo uma vasta seção de obras relacionadas à decolonialidade e antirracismo, tendo em vista a necessidade de desconstruir o ensino eurocêntrico-branco tradicional e amparar a urgência de uma educação que reconheça a heterogeneidade social e as variadas formas de ser e saber no mundo; b) a criação de um *podcast* sobre Direitos Humanos, com o objetivo de levar informação de modo mais informal e acessível e de promover reflexões sobre questões envolvendo desigualdade de gênero, racismo, etarismo, LGBTQIA+fobia, capacitismo e diversos outros problemas sociais; c) realização de palestras, rodas de conversa e outros eventos sobre estas temáticas, oportunizando o diálogo entre o corpo docente e discente, bem como entre profissionais externos convidados; d) manutenção de postagens nos perfis da instituição nas redes sociais, buscando a conscientização quanto a uma cultura de promoção aos direitos humanos, a partir de reflexões sobre datas comemorativas, eventos e acontecimentos de repercussão local ou nacional etc; e) criação de uma revista acadêmica, para a qual pesquisadoras e pesquisadores da instituição ou externos poderão submeter suas contribuições científicas; f) realização de ações de extensão, visitas técnicas e outras atividades extracurriculares que promovam a integração do corpo discente com a comunidade, levando informação, reflexão e produzindo uma série de resultados concretos que apontam para novos rumos da educação, ultrapassando os muros da

V SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE DIREITOS HUMANOS E SOCIEDADE

II Seminário em Direitos Humanos com a Sociedade 28ª Semana Acadêmica do Curso de Direito da Unesc

II Seminário Nacional de Pesquisa Jurídica em Direitos Humanos

instituição e chegando à sociedade efetivamente. Compreende-se que as instituições possuem a importante função de transmitir socialmente às novas gerações um legado cultural sistemático que pode impulsionar o desenvolvimento humano (PINHEIRO, 2023, p. 24). A partir do exposto, verifica-se a importância da reativação do Núcleo de Direitos Humanos do UNIFESO e os impactos positivos que suas ações poderão concretizar na realidade não apenas de sua comunidade acadêmica, mas da sociedade em geral, a partir do fortalecimento de uma cultura de inclusão, respeito, diversidade e, sobretudo, ação.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Celso. **Professores e Professuros**: reflexões sobre a aula e práticas pedagógicas diversas. 3 ed. Petrópolis: Vozes, 2009.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

HOOKS, Bell. **Ensinando pensamento crítico**: sabedoria prática. São Paulo: Elefante, 2020.

PINHEIRO, Bárbara. **Como ser um educador antirracista**. São Paulo: planeta do Brasil, 2023.

PIOVESAN, Flávia. **Ações afirmativas da perspectiva dos direitos humanos**. Temas em Destaque -Políticas Inclusivas e Compensatórias, Cad. Pesqui. 35 (124), Abr 2005.